

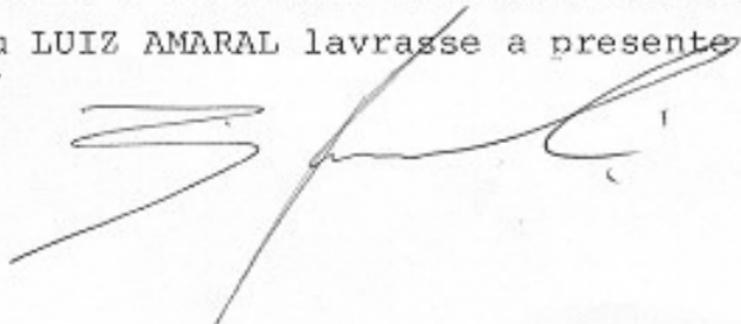
ATA DA 2a. REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR -  
CNDC

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco, às nove horas, no Gabinete do Sr. Ministro da Desburocratização, o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, presidida pelo seu Presidente Ministro Paulo Lustosa e com a presença dos membros e respectivos representantes a saber: Ministro Paulo Lustosa, Mauro Saldanha Baruque, Marilena Igreja Lazzarini, Lúcia Pacífico Homem, Frederico Ranato Mótolla, Emílio Nina Ribeiro, Fábio Kondor Comparato, Renato Tuncuduva Júnior, Wagner Gonçalves, Luiz Fernando Furquim, Eliana Cáceres, Mathias representante do Min. da Agricultura. Dando início à reunião, o Ministro e Presidente do Conselho, Paulo Lustosa apresentou a todos os assuntos da reunião, que basicamente tratava das comissões, em número de quatro, criadas por ocasião da primeira reunião do CNDC. Assim o Sr. Presidente tecem comentários diversos, a respeito da extinção, criação ou fusão de órgão fiscalizadores do governo, tais como SUNAB, SEAP etc, lembrando a todos que o fundamental é que o Conselho tenha uma proposta viável, objetiva em que haja uma posição mais ou menos consensual, a fim de que ao chegar ao nível do Sr. Presidente da República, já chegue em forma de decreto e explicativo. Ainda lembrou que hoje no Brasil existem mais de cem mil Diplomas Legais e chega-se ao extremo de colocar que nenhum cidadão pode desconhecer a lei. Prossequindo disse que: Estamos vendo se conseguimos consolidar esse trabalho. O professor Comparato e seu grupo não vão marcar prazo para estabelecer a consultoria necessária para elaborarmos isso - sistemas de pagamentos de consultoria, o que iremos fazer pelo conselho, através dos recursos do Programa. O Sr. Presidente do Conselho tecem ainda alguns comentários sobre a comissão coordenada pela Dra. Ada Pellegrini que nessa reunião estava representada pela Sra. Maria do Carmo, dizendo sobre a instalação de PROCONS das estruturas Estaduais; sobre Juizado de Pequenas Causas; sobre a resistência da OAB e sobre Delegacias de Defesa da Economia Popular. Após essas considerações solicitou um

relato rápido das comissões, uma definição dos meios necessários para que se possa tomar algumas decisões. Em seguida passou a palavra ao Professor Fábio Comparato que dela fazendo uso colocou alguns pontos com relação à comissão por ela coordenada, dizendo que a mesma não deveria ter por objetivo o levantamento da legislação existente para o seu texto de consilidação, uma vez que ela só é importante quando a legislação prova sua eficácia, no que no nosso caso está longe disso. Continuando propôs iniciar um trabalho de análise das principais lacunas da legislação brasileira, atacando certas questões tópicas, onde se faz mais sentida a imperfeição da legislação. Relatou algumas providências que tomou junto aos conselheiros que integram a comissão; os relativos à responsabilidade do produtor ou do fabricante; Seguro de responsabilidade; Adaptação das leis, em matéria de concorrência desleal, ao texto da convenção da União de Paris, que estranhamente não foi aprovado pelo Brasil e finalmente lembrou que uma primeira etapa não será preciso que o Programa seja demasiadamente ambicioso, propondo que as reuniões do Conselho fossem previstas com antecedência e convocadas com a ordem do dia estabelecida e que as comissões fossem ativadas no sentido de que o Conselho se pronunciasse sobre as propostas da Comissão. O Sr. Presidente do Conselho agradeceu ao Dr. Comparato aceitando suas sugestões. Em seguida discutiu-se a necessidade do Conselho ter uma estrutura Administrativa no Ministério da Desburocratização, sendo lembrado a necessidade de se ter um Secretário-Executivo oficializado. O Sr. Presidente comunicou que informalmente já existia o referido Secretário-Executivo - Dr. Luiz Otávio de Oliveira Amaral - e que já estava sendo formalizado a sua efetivação. Prosseguindo, foi levantado a necessidade dos Srs. Conselheiros, para deslocamentos constantes e eventualmente contratação de consultorias, no que foi solicitado pelo Sr. Presidente do Conselho, um levantamento completo para que fossem colocados à disposição dos Conselheiros, os meios necessários. O Conselheiro Nina Ribeiro solicitou um aparte para pedir do Sr. Presidente do Conselho apoio para restabelecer programa de televisão no Rio



de Janeiro, sobre defesa do consumidor que havia sido interrompi-  
do em função da programação. O Sr. Presidente do Conselho solici-  
tou que as comissões dessem o programa de trabalho a desenvolver  
as necessidades básicas para que pudesse ser providenciadas e  
finalmente indagou ao Dr. Comparato se a colocação que ele dá ao  
conceito do consumidor e no sentido LATO SENSU obtendo do mesmo  
a resposta positiva. E nada mais havendo a tratar o Sr. Presiden-  
te mandou que eu LUIZ AMARAL lavrasse a presente ata que vai por  
mim assinada. //

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to Luiz Amaral, is written over the bottom right portion of the typed text. The signature is fluid and somewhat abstract, with several long, sweeping strokes.